

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ANGATUBA****FORO DE ANGATUBA****VARA ÚNICA**

Rua Públio de Almeida Melo, 832, Ofício Judicial Único, Centro - CEP 18240-000, Fone: (15) 3255-1311, Angatuba-SP - E-mail:

angatuba@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1000507-44.2015.8.26.0025**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**
 Exequente: **Banco Santander (Brasil) S/A**
 Executado: **Nilton Antunes Toledo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LUCIANE DE CARVALHO SHIMIZU**

Vistos.

De início, considerando-se que o executado constituiu advogado particular, providencie a z. serventia a expedição de certidão de honorários em favor da Curadora Especial nomeada, nos termos do Convênio firmado entre a DPE e a OAB/SP, baixando, em seguida, o seu nome junto ao sistema SAJ/PG5.

Não assiste razão ao executado (fls. 433/442) ao arguir a impenhorabilidade do imóvel sob matrícula nº 10.367, ao argumento de que ele se destina à produção agrícola para seu sustento e do de sua família.

Isso porque ele não se desincumbiu do ônus de provar o quanto asseverou (art. 373, I, CPC). Não obstante se trate de pequena propriedade rural, a simples juntada de fotografias e notas fiscais de compra não levam à conclusão de que a propriedade seja, de fato, trabalhada pela família. Na verdade, as notas fiscais de aquisição de insumos (fls. 433/468), associada ao maquinário lá existente (fl. 435) e o fato de haver inscrição de produtor rural (pessoa jurídica) junto à RFB (fl. 434) indicam tratar-se de atividade incompatível com a exploração familiar direta da terra.

Além disso, observo que o executado foi diligente em acostar notas fiscais de aquisição de insumos, porém, assim não o fez em relação ao seu faturamento (informação imprescindível, aliás, para a caracterização de economia familiar), posto que trouxe à colação apenas duas notas fiscais, sendo uma de 2020 e outra de 2021, ou seja, nenhuma delas é contemporânea. Tampouco juntou cópia de sua declaração de imposto de renda, a fim de comprovar suas alegações, cuja ficha de "atividade rural", constante da declaração de IR, contém dados pertinentes, como, por exemplo, "receitas e despesas, apuração do resultado, bens da atividade rural, etc."

Ante o exposto, mantenho a penhora sobre o aludido imóvel.

No mais, homologo o laudo pericial (fls. 397/429), à míngua de impugnação.

Por fim, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento do feito,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ANGATUBA****FORO DE ANGATUBA****VARA ÚNICA**

Rua Públio de Almeida Melo, 832, Ofício Judicial Único, Centro - CEP 18240-000, Fone: (15) 3255-1311, Angatuba-SP - E-mail:

angatuba@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, notadamente, para dizer se deseja a adjudicação ou se pretende a alienação dos bens penhorados, indicando o leiloeiro que esteja regularmente cadastrado junto ao Sistema de Gerenciamento dos Auxiliares da Justiça, neste último caso.

Intime-se.

Angatuba, 04 de julho de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**